

Domingo, 11 de Janeiro de 2026

Na 1ª reunião chefiada por Galípolo, Copom deve elevar taxa de juros para 13,25%

TAXA SELIC

g1

Na primeira reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) chefiada pelo novo presidente da instituição, Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Banco Central deve manter o ritmo de promover uma **forte alta de um ponto percentual na taxa básica de juros** da economia, de **12,25% para 13,25% ao ano**.

Essa é a expectativa de quase todos economistas do mercado financeiro, que têm por base indicação do próprio Banco Central — feita em dezembro do ano passado.

Se confirmada, será a **quarta alta consecutiva da taxa Selic**. E a projeção é de novos aumentos nos próximos meses, com taxa superando 15% ao ano em meados de 2025, maior nível em quase 20 anos.

Essa **também será a primeira reunião do Copom em que os diretores indicados pelo presidente Lula serão maioria** no colegiado, ou seja, **eles serão responsáveis diretamente pela decisão tomada**.

* Com a autonomia operacional do BC aprovada pelo Congresso Nacional, e válida desde 2021, os diretores da instituição passaram a ter mandato fixo.

* Até o fim do ano passado, o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, assim como a maioria da diretoria, era composta por indicados do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Lula e o Partido dos Trabalhadores

Campos Neto e a diretoria anterior do BC, indicada por Bolsonaro, foram alvo de ataque constante não somente do presidente Lula, mas também da presidente do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann, por subir a taxa básica de juros em um patamar considerado excessivo. **A crítica era de que isso frearia demais a economia, com impacto nos empregos e na renda.**

No fim do ano passado, Lula baixou o tom. Ele publicou um vídeo, ao lado de ministros e de Galípolo defendendo a estabilidade econômica no país e o combate à inflação. E também fez acenos ao mercado e prometeu que 'jamais haverá interferência' na gestão do futuro chefe da autoridade monetária.

"Por isso que quero te desejar boa sorte, que Deus te abençoe. Eu quero que você saiba que jamais, jamais haverá da parte da presidência qualquer interferência no trabalho que você tem que fazer no Banco Central", disse Lula, na ocasião.

Mas a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, manteve o tom crítico. Após a última decisão do Copom, em dezembro, que elevou os juros para 12,25% ao ano, ela classificou a decisão como "irresponsável, insana e desastrosa".

"Não faz sentido nem seria eficaz para evitar alta da inflação, que não é de demanda. Nem para melhorar a situação fiscal, muito pelo contrário. Esse 1 ponto a mais vai custar cerca de R\$ 50 bilhões na dívida pública. E não faz sentido para um país que precisa crescer e continuar gerando empregos", avaliou Hoffmann, por meio de rede social, naquele momento.



Deputada federal, Gleisi Hoffmann, presidente do PT — Foto: Reuters via BBC

Segundo informou em dezembro o ex-presidente do BC, Campos Neto, a opinião dos diretores mais recentes da instituição – incluindo seu sucessor, Gabriel Galípolo, teve "peso cada vez maior" nas últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), **incluindo a de dezembro.**

"A nomeação de Gabriel Galípolo como presidente do Banco Central levanta questionamentos sobre a independência da política monetária [definições dos juros] e os impactos que suas decisões podem ter sobre o mercado financeiro e imobiliário. Se Galípolo seguir a linha do governo, pode haver uma pressão política

para reduzir os juros mais rapidamente, o que poderia impulsionar o crédito e facilitar o financiamento imobiliário", pontuou Pedro Ros, CEO da Referência Capital.

Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos, observou, entretanto, que os posicionamentos recorrentes de Galípolo indicam que o BC deve manter a taxa Selic elevada para enfrentar um cenário de economia dinâmica e moeda desvalorizada (dólar ainda alto). "Inclusive, ele já alertou em outros momentos que a Selic pode permanecer alta em sua gestão. Esta política contracionista é crucial para controlar a inflação e estabilizar a economia", acrescentou.

Pressão inflacionária

A taxa básica de juros da economia **é o principal instrumento do BC para tentar conter as pressões inflacionárias**, que tem efeitos, principalmente, sobre a população mais pobre.

Para definir os juros, a instituição atua com base no sistema de metas. Se as projeções estão em linha com as metas, pode baixar os juros. Se estão acima, tende a manter ou subir a Selic.

A partir de 2025, com o início do sistema de meta contínua, o objetivo de 3% e será considerado cumprido se a inflação oscilar entre 1,5% e 4,5%.

* Ao definir a taxa de juros, o BC olha para o futuro, ou seja, para as projeções de inflação, e não para a variação corrente dos preços, ou seja, dos últimos meses.

* Isso ocorre porque as mudanças na taxa Selic demoram de seis a 18 meses para ter impacto pleno na economia.

* Neste momento, por exemplo, a instituição já está mirando na meta considerando o primeiro semestre de 2026.

* Para 2025, 2026, 2027 e 2028, a projeção do mercado para a inflação oficial está em 5,5% (com estouro da meta), 4,22%, 3,90% e em 3,73%. **Ou seja, acima da meta central de 3%, buscada pelo BC.**

No ano passado, a inflação ficou acima do teto do sistema de metas ao somar 4,83%. Com isso, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, teve de escrever uma carta pública ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, explicando os motivos.

Nos últimos meses, efeitos climáticos, como secas, que impactaram, por alguns meses, os preços dos alimentos e, também, da energia elétrica — levando ao acionamento das bandeiras tarifárias para reduzir o consumo.

Outro fator que influenciou a inflação foi o dólar alto, relacionado com o cenário externo (atuação de Donald Trump no governo) e dúvidas do mercado financeiro sobre as contas públicas, ou seja, sobre a capacidade de o governo brasileiro de conter a alta do endividamento.

Além disso, o forte ritmo da atividade econômica, que tem surpreendido analistas nos últimos anos e levado o desemprego às mínimas históricas, também tem atuado para pressionar para cima a inflação — principalmente no setor de serviços.

"Desde a reunião de dezembro, o Copom se deparou com novas rodadas de piora nas divulgações semanais da pesquisa Focus para expectativas de inflação, uma composição mais desafiadora para a inflação corrente, e uma taxa de câmbio que segue pressionada (ainda que com algum alívio na margem). Tais fatores, em conjunto com os modelos prospectivos de inflação, poderiam justificar a sinalização de ajustes de mesma magnitude para as próximas duas reuniões", avaliou o Itaú, em comunicado.